



Instituto de Previdência dos Servidores  
Públicos do Município de Cascavel



**OFÍCIO N.º 512/2020**

Cascavel, 15 Outubro de 2020.

A Sra.

**JANICE MULLER**  
CÂMARA MUNICIPAL  
CASCATEL/PR

CÂMARA MUNICIPAL DE CASCATEL

PROTOCOLO Nº 4974

DATA 27/10/2020

Alessandro Caroline

**Assunto: Resposta Comunicação Interna n.º 3458/2020**

Em resposta a Comunicação Interna n.º 3458/2020 que reporta-se ao Requerimento n.º 360 de 2020 formulado pelo Ilustre Vereador Sr. Fernando Hallberg o qual solicita cópia integral das portarias de instauração de processos administrativos no IPMC, desde janeiro de 2020 esclarecemos em quais situações o IPMC utiliza Portarias:

- \* Nos casos de concessão, prorrogação e cessação de Auxílio Doença - no ano de 2020 foram geradas 1.210 portarias para essas situações;
- \* Em caso de nomeação de servidores para compor comissão de licitação e para exercerem a função de fiscais de contrato - no ano de 2020 foram geradas 08 portarias;
- \* Instauração de Processo Administrativo - no ano de 2020 foram geradas 02 portarias.

Portanto, em atendimento ao solicitado pelo Ilustre Vereador, encaminhamos cópia das seguintes portarias:

- \* Portaria n.º 1.161/2020 - Comissão de Processo Administrativo em face a empresa Felimp Com Prod. De Limpeza Ltda;
- \* Portaria n.º 1.162/2020 - Comissão de Processo Administrativo em face a beneficiária Lucinara Ignes Luzzi.

Atendidas as solicitações do Ilustre Vereador e sem mais para o momento, subscrevemos.

**WALTER PARCIANELLO**

PRESIDENTE DO IPMC

## **PORTARIA N.º 1161/2020**

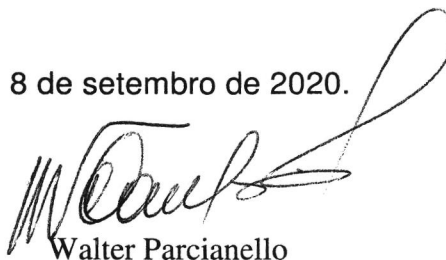
O Presidente do Instituto de Previdência dos Servidores Públicos do Município de Cascavel – IPMC, no uso de suas atribuições e competências legais, determina e,

### **RESOLVE**

Art. 1º NOMEAR os servidores **MARIZA APARECIDA HIRT VOZNIAK** - Matrícula 34.044-8, **LUCAS CHACON FURTADO** - Matrícula nº 30218-0, **GRAZIELLI F. TRIVILIN TIEM** - Matrícula 12.051-0, com fundamento no art. 5º, inciso LV da Constituição Federal, art. 77 e seguintes da Lei 8.666/93 e Decreto Municipal nº 9.032/2009, sob a presidência do primeiro, para comporem a Comissão de Processo Administrativo, para apurarem os fatos informados pela fiscal de contrato, por meio da Comunicação Interna n.º 692/2020, em face da empresa Felimp Com Prod. de Limpeza Ltda, com CNPJ n.º 06.225.442/0001-12, em razão do descumprimento contratual, visto que entregou produto (papel toalha) de qualidade inferior ao cotado, sendo assim, cabe a Comissão apurar a instrução probatória e emitir parecer da veracidade desses fatos apurados, bem como a sugestão de providências que entender cabíveis.

**Art. 2º** A referida Comissão deverá apresentar o relatório no prazo de 120 (cento e vinte) dias.

Cascavel, 8 de setembro de 2020.



Walter Parcianello

**Presidente IPMC**



Instituto de Previdência dos Servidores  
Públicos do Município de Cascavel



GOVERNO MUNICIPAL  
**CASCATEL**

**PORTARIA Nº 1.162 DE 09 DE SETEMBRO DE 2020.**

Instaurar Processo Administrativo da segurada LUCINARA IGNES LUZZI e nomear Comissão Especial de Processo Administrativo no Instituto de Previdência dos Servidores Público do Município de Cascavel - IPMC.

**O PRESIDENTE DO INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE CASCATEL (IPMC), no uso de suas atribuições legais.**

**CONSIDERANDO** Ofício n.º 119/2020 da Secretaria Municipal de Planejamento e Gestão e a CI 452/2020 da Divisão de Medicina do Trabalho, esta última traz a informação de que o preenchimento do PPP da servidora Lucinara Ignes Luzzi, no campo 15 - exposição a fatores de risco, foram utilizados dados em desacordo com o que estabelece seu preenchimento e devido a isso foi encaminhado a esta Autarquia, um novo PPP, com o campo já ajustado;

**CONSIDERANDO** que o PPP é a base para análise de aposentadoria especial, e o processo n.º 2569/2019 protocolado em 13/06/2019 da servidora em comento, teve o PPP anterior como referência para a concessão da aposentadoria especial da mesma, o qual produziu o seu efeito em novembro de 2019, através do decreto n.º 15.026/2019, estando desde então aposentada por esta Autarquia Previdenciária;

**CONSIDERANDO**, o que estabelece a Súmula 346 dos STF, que aponta que a administração pública pode declarar a nulidade dos seus próprios atos;

**CONSIDERANDO**, a Súmula 473 do STF, que prevê que a Administração pode anular seus próprios atos, quando eivados de vícios que os tornem ilegais, porque deles não se originam direitos,

**CONSIDERANDO**, o controle dos atos administrativo que constitui poder-dever de fiscalização e a correção dos atos ilegais inconvenientes ou inoportunos;

**CONSIDERANDO**, que a lei 9.784/1999, artigo 54, que dispõe a respeito do exercício do direito de revisão dos atos administrativos em até 5 anos, estando esta Autarquia pronunciando de forma tempestiva.

**PORTARIA Nº 1.162 DE 09 DE SETEMBRO DE 2020.**

*[Assinatura]*  
1/2



Instituto de Previdência dos Servidores  
Públicos do Município de Cascavel



GOVERNO MUNICIPAL  
**CASCABEL**

**RESOLVE:**

**Art. 1º** Nomear os servidores, Mariza Aparecida Hirt Vozniak, matrícula nº 34044 Lucas Chacon Furtado Matrícula nº 30218 e Ediane Teresinha Dumke matrícula nº 183253, sob a presidência da Primeira, e o relator ao segundo, para compor a Comissão Especial de Processo Administrativo, que terá como finalidade apurar os fatos pertinentes a inatividade da servidora Lucinara Ignes Luzzi e consequentemente as providencias a serem tomadas.

**Art 2º** Para bem cumprir as suas atribuições, a Comissão terá acesso a toda a documentação necessária à elucidação dos fatos, bem como deverá colher quaisquer declarações, depoimentos e demais provas que entender pertinentes.

**Art. 3º.** A Comissão, ora constituída, terá o prazo de 90 (noventa) dias, a partir da data desta Portaria, para concluir a apuração dos fatos e elaborar o relatório final, dando ciência à Presidência do IPMC.

**Art. 4º** Esta Portaria entra em vigor a nesta data.

Cascavel 09 de Setembro de 2020.

Walter Parcianello  
Presidente do IPMC